

PROCESSO LEGISLATIVO

Apresentação

O Poder Público está subordinado, dentre outros, ao princípio da legalidade, o que determina que somente está autorizado a agir de acordo com o estabelecido na legislação. Assim, em âmbito local, para o correto exercício das funções públicas é imprescindível o conhecimento e o domínio sobre os diferentes atos normativos de competência do Município, assim como a compreensão dos seus processos de formação. Ciente dessa necessidade, o curso "Processo Legislativo" foi elaborado para auxiliar os agentes públicos, tanto do Executivo quanto do Legislativo, na identificação dos atos normativos adequados para cada finalidade e do processo de sua formação, por meio do estudo das regras constitucionais, desde a iniciativa das proposições até a sua publicação, enfrentando, com uma abordagem prática e da análise jurisprudencial, as principais dificuldades enfrentadas pelos Municípios. Este curso objetiva, portanto, discutir e orientar os integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo sobre os atos normativos de sua competência, analisando as complexidades dos seus processos de formação, em todas as etapas, para a produção de instrumentos normativos eficazes.

Data / Horário

26 de março de 2026: das 09h às 12h e das 13h às 17h.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Competência legislativa do Município 2. Atos normativos municipais 2.1 Lei Orgânica 2.2 Emendas à Lei Orgânica 2.3 Leis Ordinárias 2.4 Leis Complementares 2.5 Decretos Legislativos 2.6 Resoluções 3. Estudo das fases do processo legislativo 3.1 Iniciativa 3.1.1 Iniciativa concorrente 3.1.2 Iniciativa privativa 3.1.3 Iniciativa vinculada 3.2 Discussão 3.2.1 Comissões 3.2.2 Emendas 3.3 Votação 3.3.1 Quórum 3.3.2 Abstenção 3.4 Sanção e Veto 3.4.1 Sanção expressa e tácita 3.4.2 Veto total e parcial 3.5 Promulgação e publicação

Local

Auditório da DPM Educação, sito na Av. Pernambuco, 1001, Térreo, Bairro Navegantes, Porto Alegre-RS.

Carga horária

07 horas.

Público Alvo

PODER LEGISLATIVO: Vereadores e servidores, especialmente assessores jurídicos e assessores de bancada. PODER EXECUTIVO: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e servidores cujas atribuições estejam afetas à área legislativa, assessores jurídicos e procuradores municipais.

Professor(a)

Vanessa Marques Borba - Advogada, Mestre em Direitos Humanos, Especialista em Direito Público e Direito do Estado, Professora da DPM Educação.

Investimento

ENTES PÚBLICOS COM contrato de consultoria com a Pause & Perin- Advogados - DPM

Valores para pagamento **JUNTAMENTE COM A MENSALIDADE**

VALOR BRUTO PARA EMPENHO



01 a 02 participantes

R\$ 528,00 por participante



03 ou mais participantes

R\$ 475,00 por participante

Valores para pagamento **ANTECIPADO COM DESCONTO** somente por transferência/PIX (sem emissão de boleto)

VALOR BRUTO PARA EMPENHO



01 a 02 participantes

R\$ 496,00 por participante